

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB

A REDAÇÃO DO ENEM

CARTILHA DO(A) PARTICIPANTE

SURDO(A) OU COM DEFICIÊNCIA

AUDITIVA

20
26

enem2026
Exame Nacional do Ensino Médio

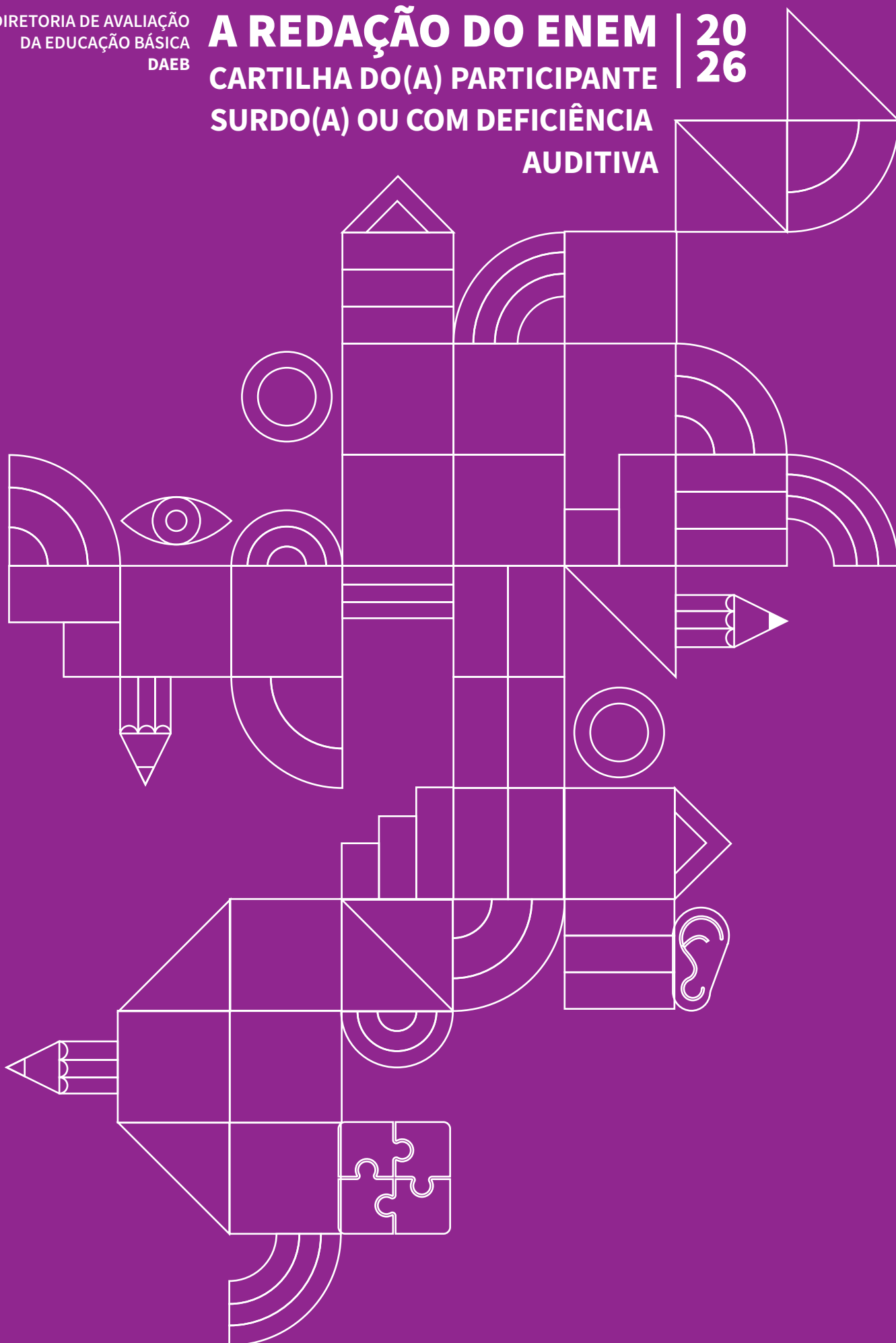
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB

A REDAÇÃO DO ENEM

CARTILHA DO(A) PARTICIPANTE

SURDO(A) OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

20
26





Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DAEB)

COORDENAÇÃO-GERAL DO EXAME NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO (CGENEM)

Gustavo Caetano Oliveira de Faria Almeida

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO EXAME NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO (CPENEM)

Vanessa Cardoso Tomaz

COORDENAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE ITENS
DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (BNI-ENEM)

Shirley Franx Silva Alexandre

SERVIÇO DE APOIO PEDAGÓGICO AO EXAME NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO (SAPENEM)

Natália Carolina Narciso Redígolo

DIVISÃO TÉCNICA DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
(DTENEM)

ANDRÉ AUGUSTO FERNANDES PEDRO

EQUIPE PEDAGÓGICA CGENEM

Aline Pinto Barbosa

Cleiton da Silva Dantas

João Fonseca de Oliveira

Renato de Mendonça

Vitor Rogério Oliveira Rocha

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Ielva Maria Costa da Silva

REVISÃO PEDAGÓGICA E LINGÜÍSTICA

Natália Carolina Narciso Redígolo

Ielva Maria Costa da Silva (Apoio técnico)

Polliana Fátima Santos Freire (Apoio técnico)

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIREDE)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (CGEP)

Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)

Roshni Mariana de Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)

Daniel Fonseca e Caixeta

APOIO EDITORIAL

Janaina da Costa Santos

REVISÃO GRÁFICA

José Miguel dos Santos

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Érika Janaína de Oliveira Saraiva

Publicada *on-line* em setembro de 2026.

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 04 - Lote 327, Térreo, Ala B

CEP 70.610-908 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2022-3070

dired.publicacoes@inep.gov.br - <http://publicacoes.inep.gov.br>

SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO

PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO
DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA PARTICIPANTES SURDOS(AS) OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA 6

.....
AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO NAS CINCO COMPETÊNCIAS DO ENEM 15

COMPETÊNCIA I 19

COMPETÊNCIA II 23

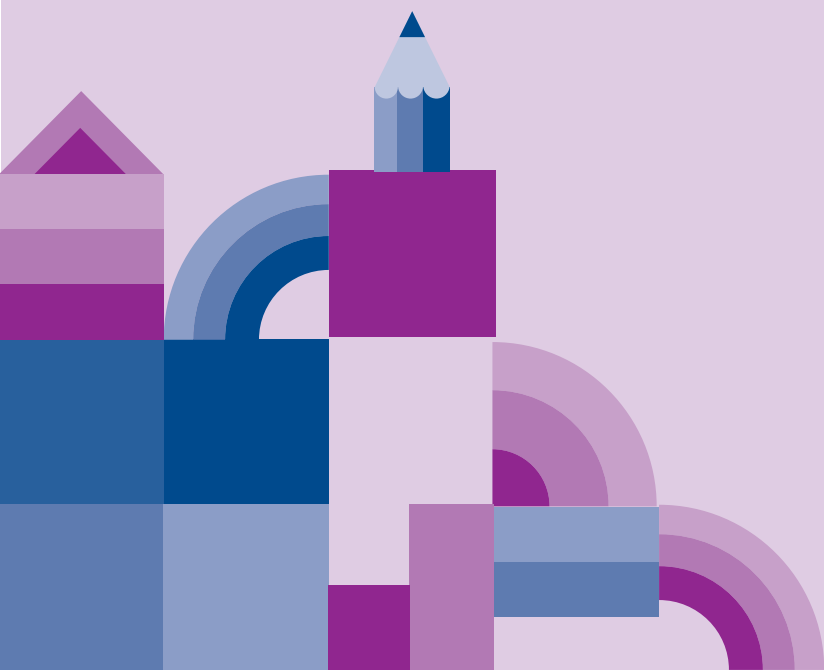
COMPETÊNCIA III 28

COMPETÊNCIA IV 31

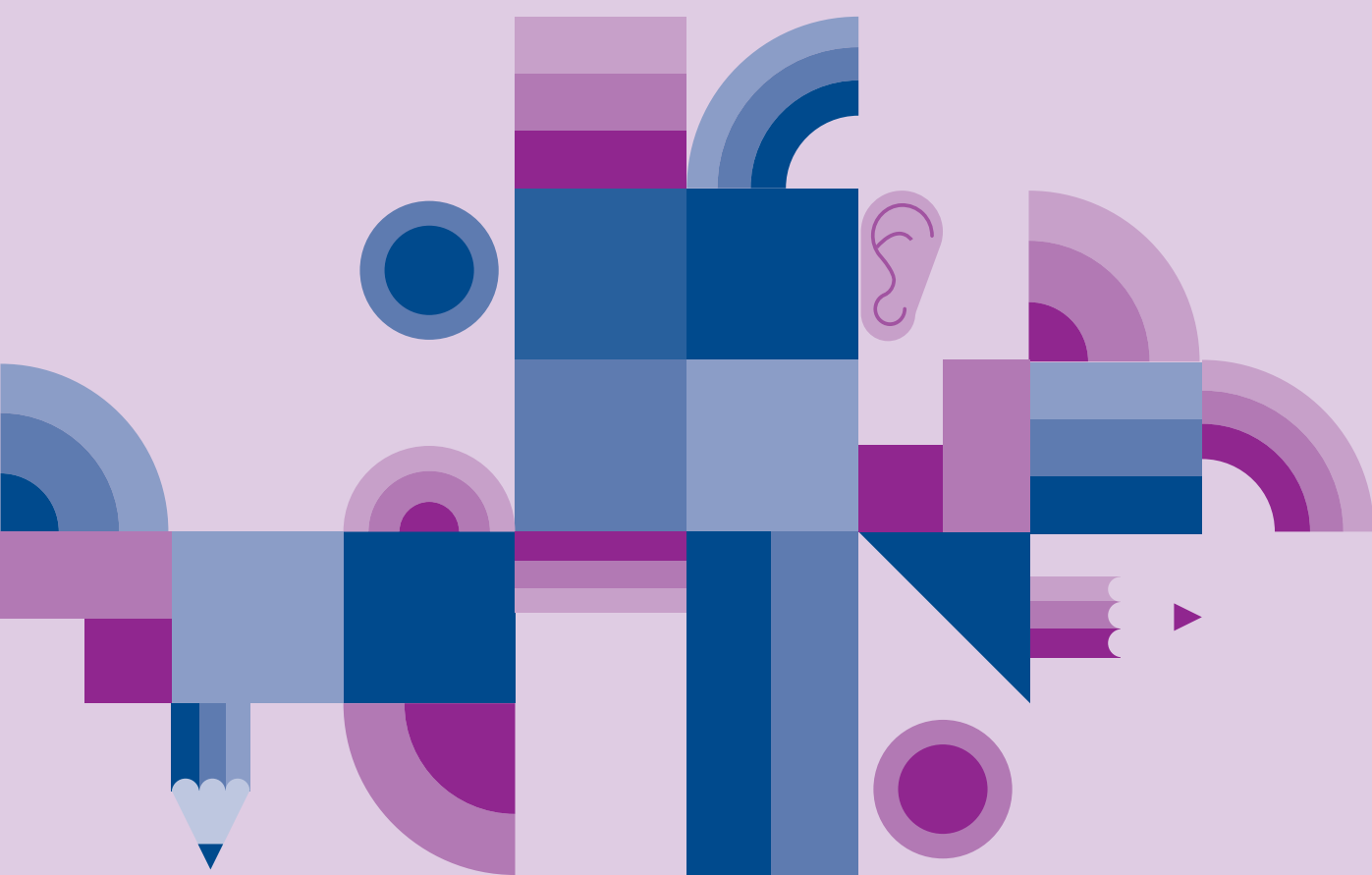
COMPETÊNCIA V 34

.....
CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

REFERÊNCIAS 41



INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA PARTICIPANTES SURDOS(AS) OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA



Caro(a) participante surdo(a) ou com deficiência auditiva,

Esta cartilha foi preparada para explicar as características que podem aparecer na produção escrita de pessoas surdas ou com deficiência auditiva e a maneira como essas características são consideradas na avaliação da redação do Enem. Nas próximas páginas, você encontrará informações sobre os recursos de acessibilidade, a avaliação diferenciada, as cinco competências avaliadas e os níveis de desempenho da grade específica.

Antes de continuar a leitura, recomendamos que você também consulte a Cartilha do(a) Participante destinada a todas as pessoas inscritas no Enem 2026. Nesse documento, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta orientações gerais sobre a redação, o processo de avaliação, o cálculo da nota, as situações que resultam em nota zero, as competências avaliadas, entre outras informações.

Esta cartilha é um material complementar de apoio pedagógico. As regras oficiais do Exame estão estabelecidas no Edital Inep nº 64, de 21 de maio de 2026, com as alterações promovidas pela retificação publicada em 5 de junho de 2026, e nos demais atos e documentos oficiais divulgados pelo Inep.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta essa lei e estabelece medidas relacionadas ao ensino da Libras e da **língua portuguesa escrita como segunda língua**. Esses marcos contribuíram para ampliar o reconhecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas no Brasil.

O Enem também tem incorporado recursos destinados a atender diferentes necessidades de acessibilidade. Desde 2017, por exemplo, o Exame oferece a **videoprova em Libras**, recurso que apresenta a prova em Língua Brasileira de Sinais. Informações e conteúdos relacionados à Videoprova em Libras estão disponíveis no portal **Enem em Libras**, mantido pelo Inep. Para o Enem 2026, o edital prevê os seguintes recursos relacionados à surdez e à deficiência auditiva:

- **Tradutor-intérprete de Libras:** profissional capacitado(a) para traduzir as orientações gerais do Exame e atender a dúvidas específicas de compreensão da língua portuguesa escrita, sem fazer a tradução integral da prova.

- **Videoprova em Libras:** prova em vídeo traduzida em Libras, executada em computador disponibilizado pelo Inep.
- **Auxílio para leitura:** atendimento realizado por profissional capacitado(a) para ler os textos da prova.
- **Leitura labial:** serviço destinado a participantes surdos(as) ou com deficiência auditiva que utilizam a comunicação oralizada e não se comunicam por Libras.
- **Tempo adicional:** acréscimo de 60 minutos em cada dia de aplicação, quando a solicitação e a documentação forem aprovadas. Para quem solicita videoprova em Libras, o acréscimo pode chegar a 120 minutos por dia de aplicação.

O(A) participante terá direito aos recursos aprovados em sua solicitação de atendimento especializado. Se ocorrer falha técnica na aplicação da videoprova em Libras, o edital prevê a disponibilização de prova impressa e de intérprete de Libras para avisos gerais, comunicação com a equipe de aplicação e esclarecimento de dúvidas.

Além desses recursos, há a possibilidade de avaliação especializada da redação. Para ter direito a essa avaliação, o(a) participante deve declarar surdez, deficiência auditiva ou surdocegueira na solicitação de atendimento especializado e ter o documento aprovado, a declaração ou o parecer que fundamenta o pedido.

Na avaliação especializada, a redação continua sendo avaliada nas mesmas cinco competências da Matriz de Referência do Enem. O que muda é o modo de observar a escrita: a equipe de avaliação deve utilizar mecanismos coerentes com as singularidades linguísticas do(a) participante no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa, conforme Edital nº 64/2026 e o art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

Isso não significa que a redação será considerada mais fácil nem que deixará de ser avaliada. A equipe continuará verificando tema, estrutura dissertativo-argumentativa, argumentos, coesão, domínio da escrita e proposta de intervenção. A avaliação especializada busca evitar que características relacionadas ao português como segunda língua sejam interpretadas automaticamente como desconhecimento, sem considerar o sentido e a organização demonstrados no texto.

ATENÇÃO!

De acordo com o edital, se o documento que fundamenta o pedido de atendimento especializado for **reprovado**, o(a) participante não terá direito à avaliação especializada da redação.

A seguir, apresentaremos informações sobre a diversidade das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, a educação bilíngue de surdos e algumas características que podem aparecer na escrita em língua portuguesa.

DIFERENTES OLHARES SOBRE A PESSOA SURDA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

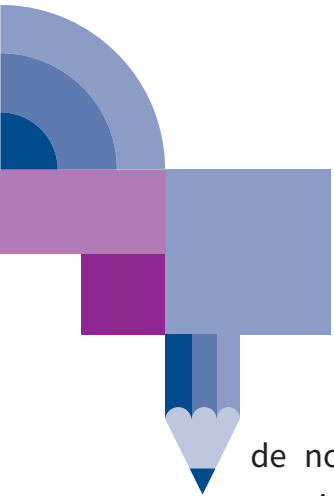
O senso comum, muitas vezes, define a pessoa surda apenas como alguém que não ouve e que se comunica por Libras. No entanto, essa definição é insuficiente. As pessoas surdas ou com deficiência auditiva não formam um grupo homogêneo e podem construir diferentes identidades, trajetórias escolares e formas de comunicação.

Algumas pessoas têm a Libras como primeira língua e utilizam principalmente uma experiência visual de comunicação. Outras se comunicam predominantemente pela língua portuguesa oral, com ou sem apoio de aparelhos auditivos, implante coclear ou leitura labial. Há, também, pessoas que combinam Libras, oralidade, escrita, leitura labial e recursos tecnológicos, conforme suas experiências e necessidades.

Essas diferenças podem estar relacionadas ao contato precoce ou tardio com uma língua, à convivência em famílias surdas ou ouvintes, às oportunidades de escolarização e ao acesso a ambientes linguisticamente acessíveis. O grau de perda auditiva, por si só, não define a identidade, nem a primeira língua, nem a forma de comunicação de uma pessoa.

Por isso, não se deve presumir que toda pessoa surda tenha a Libras como primeira língua ou que toda pessoa com deficiência auditiva escreva da mesma maneira. Na avaliação da redação, é necessário observar o texto efetivamente produzido e as informações reconhecidas no atendimento especializado, sem aplicar generalizações ao(à) participante.

Reconhecer essa diversidade é uma condição para compreender a produção escrita. Pessoas com trajetórias linguísticas diferentes podem apresentar níveis muito distintos de domínio da língua portuguesa, repertório, organização sintática, leitura e argumentação. A avaliação diferenciada precisa respeitar essa pluralidade sem reduzir as expectativas de aprendizagem.



EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E ESPECIFICIDADES DA AVALIAÇÃO DOS TEXTOS ESCRITOS

No Brasil, a educação de pessoas surdas está amparada por um conjunto de normas. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta essa lei e trata, entre outros temas, da formação de professores e tradutores-intérpretes, do acesso à Libras e do ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua.

Em 2021, a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, incluiu a educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa modalidade é oferecida em Libras, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, nos espaços educacionais previstos pela legislação. A norma considera as especificidades linguísticas, culturais e identitárias dos(as) estudantes atendidos(as).

A Portaria MEC nº 588, de 2 de julho de 2026, instituiu a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (PNEBS). Publicada no Diário Oficial da União em 3 de julho de 2026, a política tem o objetivo de qualificar e garantir a oferta, o acesso, a permanência, a participação e o êxito escolar na modalidade da educação bilíngue de surdos.

De acordo com o art. 2º da Portaria, nessa modalidade, Libras é oferecida como primeira língua, enquanto o português escrito é oferecido como segunda

língua. A oferta pode ocorrer em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou polos de educação bilíngue de surdos, conforme o art. 60-A da LDB.

A Portaria também define o Público-Alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS): estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação e surdos com outras deficiências associadas. Essa definição pertence ao campo da política educacional e não deve ser utilizada para presumir que toda pessoa com deficiência auditiva ou surdez tenha a Libras como primeira língua.

Entre os princípios da PNEBS estão o reconhecimento, a valorização e o respeito às especificidades linguísticas, identitárias e culturais dos(as) estudantes; a participação das pessoas surdas e de suas representações; o reconhecimento da educação bilíngue de surdos como parte estruturante da educação básica pública, gratuita e de oferta obrigatória; e a promoção da equidade educacional e linguística.

Para colocar esses princípios em prática, a Portaria prevê, entre outras medidas, materiais didáticos e literários específicos, acessibilidade linguística, formação inicial e continuada de profissionais, acompanhamento da qualidade da oferta e valorização dos saberes e das práticas das comunidades surdas. Além disso, prevê a produção de recursos educacionais digitais e audiovisuais em Libras e em português escrito.

A PNEBS oferece, portanto, uma referência normativa importante para compreender o contexto educacional em que muitos(as) estudantes surdos(as) aprendem o português escrito como segunda língua. Ela não é, porém, a norma que institui a avaliação diferenciada do Enem. No Exame, o fundamento direto dessa avaliação está no Edital nº 64/2026 e no art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.146/2015.

Essa distinção é necessária. A PNEBS orienta a política educacional, a oferta da modalidade bilíngue e a garantia dos direitos linguísticos. O edital do Enem estabelece as condições de atendimento especializado e de avaliação no Exame. As normas se relacionam, mas não exercem a mesma função jurídica.

A Libras é uma língua completa, com recursos próprios para construir significados, organizar enunciados, marcar tempo, espaço, negação, intensidade e relações entre participantes do discurso. Sua modalidade é visual-espacial. A língua portuguesa, por sua vez, apresenta uma tradição oral-auditiva e utiliza, na escrita, recursos como artigos, preposições, conjunções, flexões e sinais de pontuação.

Quando uma pessoa que utiliza a Libras escreve em português, pode haver influência de conhecimentos construídos em uma língua sobre a produção realizada

na outra. Esse fenômeno também ocorre com aprendizes de outras segundas línguas. Na literatura especializada, diferenças de uso de preposições, conectivos, flexões verbais e nominais e verbos auxiliares são apontadas como algumas das possíveis marcas desse processo.

Esses traços não devem ser vistos como prova de falta de inteligência, de ausência de conhecimento ou de incapacidade para argumentar. Ao mesmo tempo, reconhecer a influência entre as línguas não significa ignorar o desempenho apresentado. O texto precisa ser avaliado de acordo com o que consegue comunicar, organizar e desenvolver em cada competência.

Na avaliação da redação, a equipe especializada considera que certos usos podem estar ligados ao português escrito como segunda língua. Desse modo, a análise deve identificar se a informação é compreensível, como as ideias se relacionam, quais recursos foram empregados e em que medida as ocorrências interferem na leitura. Esse procedimento permite avaliar a produção com equidade, sem abandonar os critérios da Matriz de Referência.

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ESCRITA DE PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

As línguas não organizam suas frases da mesma maneira. Na língua portuguesa, a ordem sujeito – verbo – objeto é frequente:

ESTRUTURA FREQUENTE NO PORTUGUÊS	EXEMPLO
SUJEITO – VERBO – OBJETO	ANA ADOTOU UM CACHORRINHO

Na Libras, a ordem dos elementos pode variar de acordo com a topicalização, o contexto discursivo e os recursos visuais utilizados. Ao escrever em português, alguns(mas) participantes podem produzir construções em que **o tópico ou o**

objeto **aparece antes de outros elementos**, como em “Cachorrinho Ana adotou”. Esse exemplo serve apenas para explicar uma possibilidade de influência linguística; não representa uma regra fixa para toda produção em Libras.

Também podem ocorrer frases mais curtas, enunciados justapostos ou menor uso de palavras funcionais. Artigos, preposições e conjunções são elementos muito frequentes na escrita da língua portuguesa, mas suas funções podem ser expressas de outra maneira na Libras. Por isso, podem ocorrer omissões ou empregos não convencionais de termos como “o”, “a”, “de”, “em”, “para”, “que”, “porque” e “embora”.

Outra diferença pode ser observada nas flexões verbal e nominal. Na língua portuguesa, os verbos variam em pessoa, número, tempo e modo, já os substantivos, adjetivos, artigos e pronomes estabelecem relações de gênero e número. Na escrita de alguns(mas) aprendizes surdos(as), pode ocorrer verbos no infinitivo ou formas que não concordam com o sujeito, além de oscilações de plural e gênero.

A **negação** também merece atenção. Em português, o advérbio “não” costuma ocorrer antes do verbo, como em “Eu **não gosto** de cinema”. Em Libras, a negação pode ser construída por sinais manuais, expressões não manuais e diferentes posições no enunciado. Essa diferença pode influenciar a ordem escolhida na escrita.

Os verbos “ser” e “estar”, os artigos e certas preposições podem ser omitidos ou empregados de forma diferente. Assim, uma construção como “Eu cansado pé calor” pode indicar uma tentativa de expressar “Eu estou cansado de ficar em pé no calor”. O leitor consegue recuperar parte do sentido, mas a estrutura ainda se distancia das convenções do português escrito.

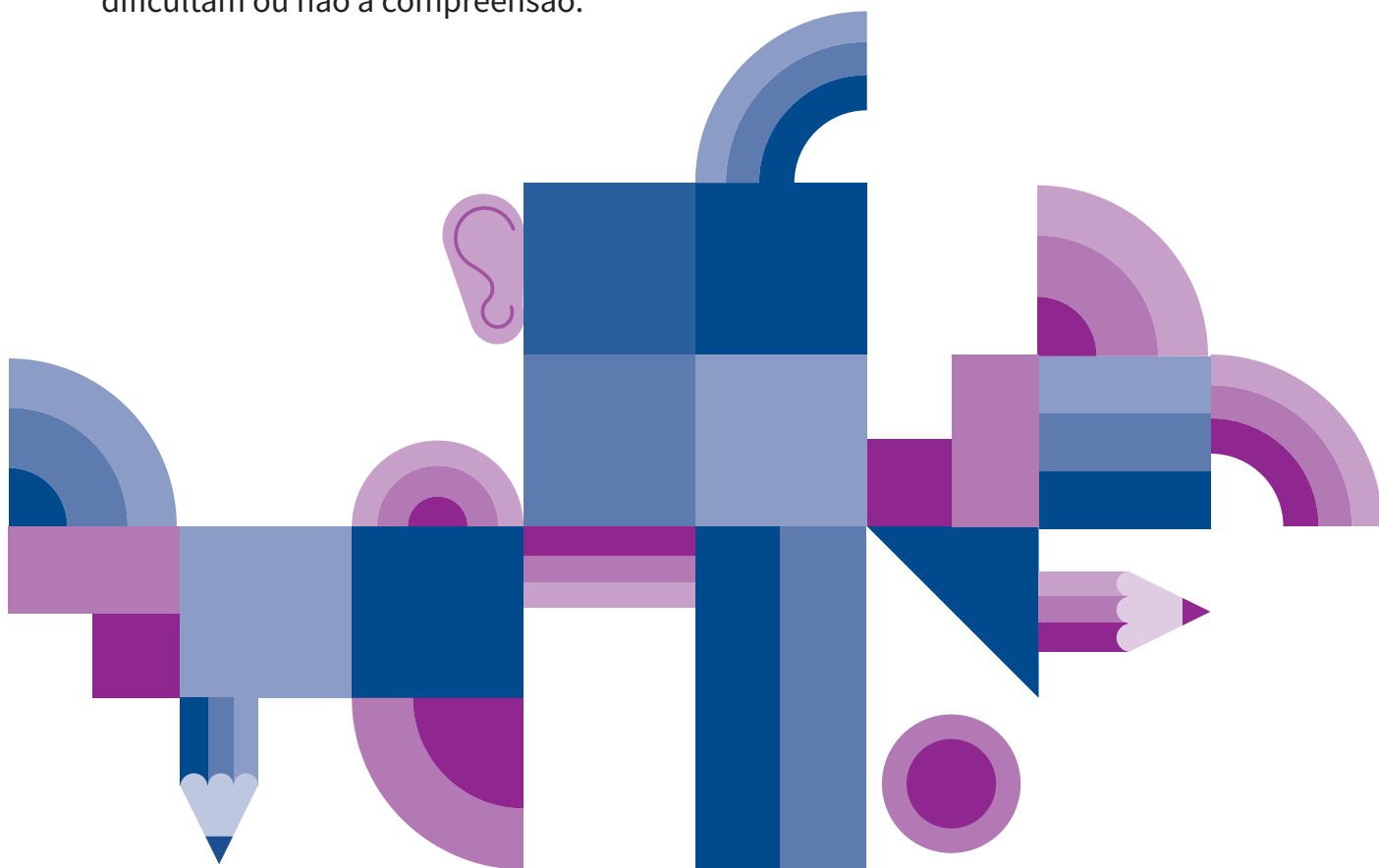
A **ortografia** e a **acentuação** também podem apresentar oscilações. A pessoa surda pode aprender muitas palavras pela leitura e pela memória visual, mas nem sempre conta com a referência sonora usada por falantes ouvintes para reconhecer sílabas tônicas ou distinguir determinadas grafias. Isso não significa que todas as pessoas surdas tenham as mesmas dificuldades, nem que a surdez explique todo desvio ortográfico.

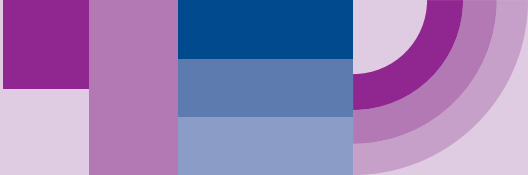
Na pontuação, podem ocorrer períodos longos sem separação suficiente, emprego excessivo de vírgulas ou ausência de sinais que indiquem a relação entre as ideias. A equipe de avaliação especializada observa se esses usos comprometem a compreensão e como se distribuem ao longo do texto.

Em resumo, algumas marcas possíveis do português escrito como segunda língua são:

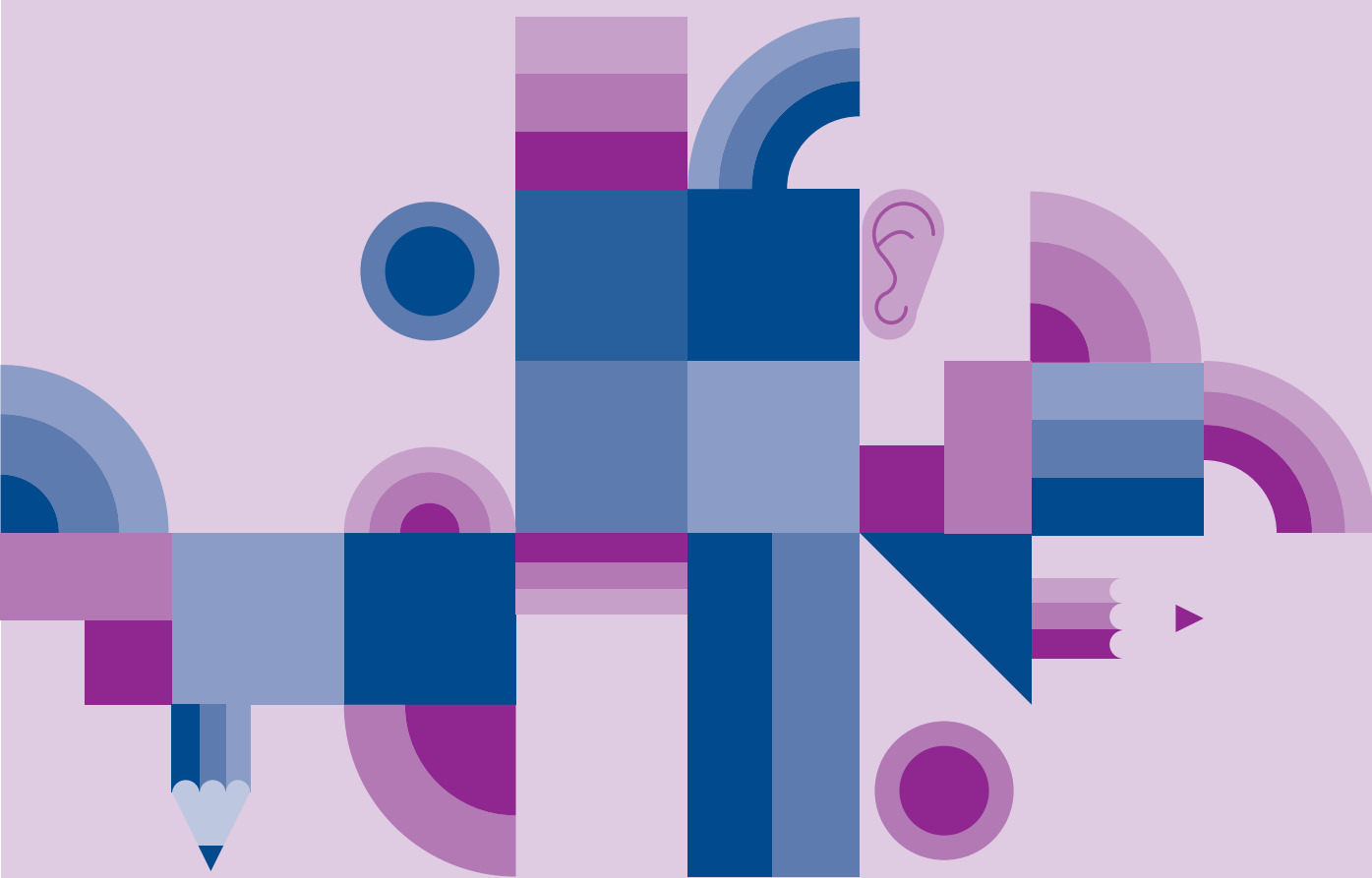
- omissão ou emprego não convencional de artigos, preposições e conjunções;
- uso recorrente de verbos no infinitivo;
- flexões verbais ou nominais diferentes das esperadas;
- estruturas de tópico e comentário;
- frases curtas ou informações justapostas;
- escolhas particulares de verbos de ligação;
- pontuação não convencional; e
- oscilações de grafia e acentuação.

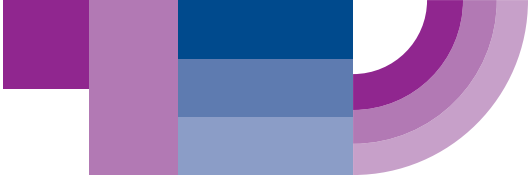
Essas características não aparecem em todas as redações e não têm sempre o mesmo efeito. Nesse sentido, durante a avaliação, o texto deve ser lido como unidade. O(A) avaliador(a) especializado(a) precisa considerar o sentido construído, a organização das ideias, os recursos empregados e o grau em que as ocorrências dificultam ou não a compreensão.





AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO NAS CINCO COMPETÊNCIAS DO ENEM





A proposta de redação apresenta um tema e alguns textos motivadores. A leitura atenta desse conjunto ajuda o(a) participante a identificar o assunto específico que deverá ser discutido, selecionar conhecimentos e planejar o ponto de vista que será defendido.

Os textos motivadores podem orientar a reflexão, mas não devem ser simplesmente copiados. A redação deve demonstrar uma elaboração própria, com seleção e organização de informações, fatos, opiniões e repertórios que contribuam para a argumentação.

A **Matriz de Referência para a Redação do Enem** é composta por cinco competências:

- 1** domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa;
- 2** compreensão da proposta e desenvolvimento do tema dentro do texto dissertativo-argumentativo;
- 3** seleção e organização de informações e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- 4** uso de mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação; e
- 5** elaboração de proposta de intervenção que respeite os direitos humanos

COMO A NOTA É CALCULADA:

A nota da redação varia de 0 a 1.000 pontos. Dois (duas) avaliadores(as) especializados(as) avaliam o texto de forma independente. Cada um(a) atribui de 0 a 200 pontos a cada competência, e a soma das cinco competências forma a nota total dada por aquele(a) avaliador(a).

Há discrepância quando as duas notas totais diferem em mais de 100 pontos, quando a diferença em qualquer competência é superior a 80 pontos ou quando os(as) avaliadores(as) divergem quanto à situação da redação. Se não houver discrepância, a nota final será a média aritmética das duas notas totais.

Quando houver discrepância, a redação passará por uma terceira avaliação. Se o desacordo permanecer nas situações previstas pelo edital, uma banca formada por três avaliadores(as) atribuirá a nota final, e as notas anteriores serão descartadas.

SITUAÇÕES QUE PODEM RESULTAR EM NOTA ZERO:

Recomendamos que você leia com atenção as situações previstas no item 14.7 do Edital nº 64/2026. A redação poderá receber nota zero quando:

- 1)** não atender à proposta ou não apresentar estrutura dissertativo-argumentativa;
- 2)** não houver texto escrito na Folha de Redação;
- 3)** apresentar até sete linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo, ou até dez linhas em Braille;
- 4)** conter impropérios, desenhos ou outras formas propositais de anulação;
- 5)** apresentar parte deliberadamente desconectada do tema;
- 6)** conter nome, assinatura, rubrica ou outra forma de identificação no espaço destinado exclusivamente ao texto;
- 7)** estiver escrita predominantemente ou integralmente em língua estrangeira; ou
- 8)** apresentar letra ilegível a ponto de impedir a leitura por dois(duas) avaliadores(as) independentes.

ASSINATURA DA FOLHA DE REDAÇÃO

O(A) participante deve assinar no campo indicado pela equipe de aplicação. A identificação provoca anulação quando é colocada no espaço destinado ao texto, e não quando aparece no local próprio para a assinatura.

Na grade específica, desenhos, emojis, números ou sinais gráficos isolados, recados, ofensas, mensagens religiosas ou políticas e outros trechos desconectados aparecem como exemplos operacionais de anulação ou de parte desconectada. Esses exemplos ajudam a reconhecer as situações previstas no edital, mas não criam hipóteses de nota zero.

As linhas copiadas dos textos da proposta ou do Caderno de Questões são desconsideradas na contagem mínima. Se, depois de retiradas as linhas copiadas, restarem até sete linhas manuscritas ou até dez linhas em Braille, o texto poderá ser considerado insuficiente.

COMO LER OS NÍVEIS DE DESEMPENHO:

Cada competência pode receber até 200 pontos. Na grade específica adotada como referência nesta cartilha, os níveis correspondem à escala a seguir:

PONTOS	LEITURA GERAL
0	A habilidade não foi demonstrada ou ocorreu a situação indicada no descritor.
40	Desempenho elementar.
80	Desempenho insuficiente.
120	Desempenho mediano.
160	Bom desempenho.
200	Desempenho excelente.

Os descritores detalhados dos níveis não estão reproduzidos no Edital nº 64/2026, uma vez que pertencem à grade específica de avaliação utilizada como referência complementar nesta cartilha. O edital regulamenta a aplicação do Exame, o cálculo da nota, as situações de nota zero e a avaliação diferenciada; a grade específica descreve o desempenho observado em cada competência.

É importante lembrar que a nota é atribuída à redação inteira. Um trecho pode ser utilizado para explicar uma característica, mas não determina, sozinho, o nível de toda a competência. Além disso, nos exemplos seguintes, as transcrições são literais: grafia, pontuação, concordância e demais escolhas do texto original foram mantidas.

COMPETÊNCIA I

DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Na Competência I, os(as) avaliadores(as) especialistas observam a estrutura sintática e as convenções da escrita. Isso inclui a organização das palavras nas frases, a construção das orações e dos períodos, a grafia, a acentuação, a pontuação, a concordância, a regência, a escolha de vocabulário e a adequação ao registro formal.

No contexto do português como segunda língua, podem aparecer influências da Libras na ordem dos elementos, no uso de verbos no infinitivo, nas flexões verbais e nominais e no emprego de artigos, preposições e conectivos. Na avaliação especializada, essas ocorrências são analisadas de acordo com sua frequência e com o efeito que produzem sobre a compreensão.

Desse modo, a equipe não deve realizar apenas uma contagem de erros. Uma mesma ocorrência pode ter efeitos diferentes conforme o período em que aparece e conforme o restante da redação. Por isso, estrutura sintática, quantidade de desvios, recorrência e acesso ao conteúdo precisam ser considerados em conjunto.

O objetivo é garantir que, na avaliação das redações dos(as) participantes surdos(as) ou com deficiência auditiva do Enem 2026, não haja uma valorização excessiva desses desvios. Dessa forma, as notas atribuídas à Competência I tendem a ser mais justas, considerando-se as características específicas da escrita desse grupo.

A seguir, é apresentado um trecho de redação de um(a) participante surdo(a) ou com deficiência auditiva do Enem 2025, cujo tema foi “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”, que destaca problemas encontrados na modalidade escrita formal.

“...cor corpo pessoas familia amigo idosa ajuda ele casa não leva casa mesmo nada, fácil lavou cozinha só fazer almoço, avô dor coluna. não anda cidade, por idosa irmão dele casa ser ensinar cuidar bastante limpar Boa...”

No trecho precedente, percebe-se que o(a) participante apresenta uma sequência de palavras sem que se formem frases de acordo com a estrutura sintática mais comum da língua portuguesa, o que pode ser observado em “cor corpo pessoas familia amigo idosa ajuda ele”.

Também há o trecho “por idosa irmão dele casa ser ensinar cuidar bastante limpar Boa”, no qual é possível reconhecer a ausência de concordâncias verbal e nominal, de artigos, de preposições e de conectivos, bem como a falta de organização das palavras nas frases. Embora algumas ideias relacionadas à família, ao cuidado e à saúde da pessoa idosa possam ser recuperadas por inferência, a estrutura sintática apresentada ainda é muito limitada.

A seguir, é apresentado o trecho de uma redação com uma estrutura sintática ainda com reflexo da Libras, mas em que já é possível compreender melhor os parágrafos.

“Segundo o Estatuto do Idoso, documento que assegura os direitos da pessoa idosa no Brasil, é direito de todo brasileiro receber cuidado integral na velhice. Contudo, apesar dessa garantia, as perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira tem se mostrado por demais desafiadoras. De fato, essa problemática resulta do medo de abandono, como também do sentimento de inutilidade.”

Nesse trecho da redação, identifica-se uma organização próxima da estrutura convencional da língua portuguesa, com frases compreensíveis, períodos articulados e emprego de elementos coesivos, como “Contudo” e “De fato”.

A redação ainda apresenta problema de concordância verbal em “as perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira tem se mostrado”. Ocorrências assim são consideradas pela equipe de avaliação especializada no contexto do português como segunda língua. Elas não impedem a compreensão do parágrafo, mas fazem parte do desempenho que deve ser examinado na Competência I.

No entanto, é essencial entender que, mesmo considerando esses aspectos característicos da escrita das pessoas surdas ou com deficiência auditiva durante o processo de avaliação, é fundamental lembrar que essa avaliação segue rigorosamente a **Matriz de Referência para a Redação do Enem**. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos quando não ocorrerem de maneira frequente, garantindo, assim, uma avaliação justa e equitativa.

Adiante, há um trecho com características de um bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

“No entanto, ao transpor o campo cinematográfico para a realidade, é possível notar uma discrepância entre a ficção e o real, uma vez que há entraves na perspectiva acerca do envelhecimento na sociedade brasileira, isso ocorre pois, o Estado só passa a valorizar cidadãos que geram lucros, menosprezando aqueles ditos como ‘disfuncional’ – os idosos e a banalização do etarismo na sociedade contemporânea”.

É perceptível que o(a) participante demonstra bom domínio das convenções da escrita, evidenciado pela presença de ideias compreensíveis, vocabulário diversificado e estrutura sintática complexa. O trecho apresenta orações subordinadas e relações de oposição, comparação, causalidade e consequência, construídas por meio de expressões como “No entanto”, “uma vez que” e “menosprezando”. A construção das orações e dos períodos contribui significativamente para a compreensão da leitura e revela desempenho satisfatório, do ponto de vista sintático, na modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Também são observadas ocorrências de concordância verbal e nominal, paralelismo e pontuação compatíveis com o processo de escrita da língua portuguesa como segunda língua, como em “aqueles ditos como ‘disfuncional’”,

no emprego da vírgula antes de “isso ocorre” e na construção “pois, o Estado”. Tais desvios não comprometem a compreensão do posicionamento apresentado, mas ocorrem em quantidade suficiente para não serem considerados inteiramente excepcionais.

Em determinada explicação, pode-se destacar apenas a organização das palavras e das orações para demonstrar um fenômeno sintático. Na avaliação da Competência I, entretanto, estrutura sintática, grafia, pontuação, concordância, registro e demais convenções da escrita são avaliados no conjunto da redação.

COMPETÊNCIA II

COMPREENDER A PROPOSTA DE REDAÇÃO E USAR CONCEITOS DAS VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA DESENVOLVER O TEMA NA MODALIDADE DE TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO.

Na Competência II, os(as) avaliadores(as) especializados verificam se o(a) participante compreendeu o tema solicitado, desenvolveu um texto dissertativo-argumentativo e mobilizou repertório sociocultural. A redação deve abordar o recorte temático apresentado na proposta, e não apenas um assunto amplo relacionado a ele.

Para isso, identifique as palavras centrais da frase temática e pergunte a si mesmo(a): qual problema preciso discutir? Qual ponto de vista defenderei? Que conhecimentos posso relacionar a essa discussão?

No entanto, **a adequação ao tema solicitado e ao tipo textual dissertativo-argumentativo é requisito mínimo para que as redações sejam avaliadas em todas as competências.** Assim sendo, lembramos da importância de você, participante, disponibilizar um tempo específico durante o período de realização da sua prova para a leitura atenta da proposta da redação. **A leitura e a compreensão dos**

textos motivadores que fazem parte da proposta de redação podem ajudá-lo(a) a perceber a temática a ser desenvolvida.

A redação de texto dissertativo-argumentativo já faz parte de provas de participantes concluintes do ensino médio, por isso devem demonstrar domínio da estrutura desse tipo de texto. É importante **treinar a elaboração do texto dissertativo-argumentativo para melhorar a condição da escrita na hora de fazer a redação do Enem e ficar atento(a) à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, que se divide em: introdução, desenvolvimento e conclusão.**

Outro aspecto avaliado na Competência II é o **conhecimento de repertório sociocultural, que pode ser uma informação, uma lei, um fato histórico, um dado científico, um conceito, uma obra, um filme, um autor ou um acontecimento reconhecível. Para contribuir para o desempenho, o repertório precisa ser legitimado, pertinente ao tema e utilizado de forma produtiva na argumentação.**

Observe, a seguir, um trecho retirado de uma redação escrita no tipo textual dissertativo-argumentativo, em que podemos observar igualmente uma abordagem completa do tema da redação do Enem 2025.

“Na obra audiovisual ‘Up: altas aventuras’, da produtora ‘Disney’, Carl, personagem principal de idade avançada, é invalidado por jovens por causa de sua idade. Análogo à isso e fora da ficção, nota-se, que na atual conjuntura, existem estigmas associados às perspectivas acerca do envelhecimento da sociedade brasileira. Desse modo, além do que Carl sofreu, banalizar a fragilidade dos idosos, bem como a dificuldade de cuidados, são alguns exemplos de estigmas sociais que corroboram esse panorama desigual.”

No trecho precedente, é possível observar uma abordagem completa do tema.

Perspectivas acerca do envelhecimento: O(a) participante relaciona a situação vivenciada pelo personagem Carl à realidade brasileira e afirma que existem estigmas associados às perspectivas acerca do envelhecimento. Dessa maneira, estabelece uma comparação entre a representação ficcional da velhice e a forma como as pessoas idosas são tratadas na sociedade.

Desafios: É preciso compreender que a equipe de avaliação trabalhará com os desafios apresentados pelo(a) participante em sua redação. Nesse trecho, são

identificados dois problemas principais: a banalização da fragilidade atribuída às pessoas idosas e a dificuldade relacionada aos seus cuidados. Esses dois aspectos constituem a tese da redação e são desenvolvidos separadamente nos parágrafos seguintes.

Valorização das pessoas idosas: Ao longo do texto, o(a) participante contrapõe os estigmas à necessidade de reconhecer a força, a autonomia, as ideias e as opiniões das pessoas idosas. Portanto, a valorização aparece como uma perspectiva necessária para transformar o cenário de invalidação e desigualdade apresentado.

REPERTÓRIO LEGITIMADO E NÃO LEGITIMADO

REPERTÓRIO LEGITIMADO	REPERTÓRIO NÃO LEGITIMADO
Apresenta informação vinculada a uma área do conhecimento ou a uma fonte reconhecível.	Apresenta informação vaga, inventada ou sem fonte ou área de conhecimento identificável.
Pode incluir leis, fatos históricos, dados científicos, conceitos, obras, autores, filmes e acontecimentos conhecidos.	Apoia-se apenas em afirmações genéricas, informações sem comprovação ou referências que não podem ser reconhecidas.
Precisa estar relacionado ao tema e contribuir para a construção do argumento.	Não oferece base verificável para sustentar o argumento.

REPERTÓRIO MEMORIZADO

O repertório memorizado é uma citação, um conceito, uma obra, um fato histórico ou uma outra referência aprendida antes da prova e guardada para ser usada na redação. Memorizar uma referência não representa, por si só, um problema. Ela pode contribuir para o texto quando estiver relacionada ao tema e for explicada de modo claro, o que ajuda a sustentar o ponto de vista.

O problema surge quando uma frase decorada é inserida em qualquer tema, sem conexão com a tese ou com o argumento desenvolvido. Nesse caso, a referência pode parecer artificial e não contribuir para a progressão da redação.

Esse emprego genérico costuma ser chamado de “**repertório de bolso**”. Nesta cartilha, utilizamos a expressão “**repertório memorizado**” para destacar que a dificuldade não está em memorizar, mas em inserir a referência de maneira forçada e sem articulação.

COMO UTILIZAR A PNEBS COMO REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL

A Portaria MEC nº 588/2026 é uma fonte oficial e reconhecível. Por isso, pode constituir repertório legitimado em uma redação cujo tema envolva educação bilíngue, direitos linguísticos, acessibilidade, inclusão educacional ou participação social das pessoas surdas. Para ser pertinente e produtiva, porém, a referência precisa estar relacionada ao recorte temático e contribuir para o argumento.

Um emprego possível seria: *“Instituída pela Portaria MEC nº 588/2026, a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos reconhece a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua nessa modalidade educacional, além de prever materiais bilíngues, acessibilidade linguística e formação de profissionais. A distância entre essas diretrizes e sua efetivação nas redes de ensino ajuda a explicar a permanência de barreiras educacionais enfrentadas por estudantes surdos.”*

Nesse exemplo, a Portaria não é apenas mencionada. Seu conteúdo é explicado e relacionado ao argumento sobre a implementação dos direitos linguísticos. Em um tema sem ligação com a educação ou com os direitos das pessoas surdas, a mesma referência pode se tornar forçada e perder produtividade, tornando-se um repertório memorizado.

ATENÇÃO AO USO DA NORMA

A PNEBS pode sustentar argumentos sobre educação bilíngue e direitos linguísticos. Ela não deve ser citada como fundamento jurídico direto da avaliação diferenciada da redação do Enem, que decorre do Edital nº 64/2026 e da Lei Brasileira de Inclusão.

O uso do repertório sociocultural pertinente e produtivo, pode ser visto no trecho a seguir.

“Nessa perspectiva, a obra literária ‘Viagem à Petrópolis’, da autora Clarice Lispector, evidencia esse cenário ao contar a história de ‘Margarida’ – Uma idosa que tem suas opiniões e cuidados deixados de lado, além de ser ‘negada’ por um parente ao tentar se hospedar, por causa desse estigma vigente.”

A referência ao conto *Viagem a Petrópolis*, de Clarice Lispector, é amplamente reconhecida, pública e pertinente ao tema. O repertório também é utilizado de forma produtiva, pois o(a) participante explica a relação entre a situação vivenciada pela personagem Margarida e a negligência enfrentada pelas pessoas idosas. A obra não é apenas mencionada: seu conteúdo é empregado para fundamentar o argumento sobre o abandono, a ausência de cuidados e a desvalorização das opiniões das pessoas idosas.

Vale ressaltar que abordar o tema não se resume a reproduzir informações dos textos motivadores. Para que o repertório sociocultural seja eficaz, é necessário que a referência seja pública, reconhecível e relacionada à argumentação. Na redação, os repertórios são utilizados para explicar e fundamentar os problemas discutidos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento do texto.

COMPETÊNCIA III

SELECIONAR, RELACIONAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA.

A Competência III enfoca a habilidade de **construir sentido e argumentação no texto**. Os(As) avaliadores(as) são instruídos(as) a verificar se o(a) participante **planejou adequadamente a estrutura do texto dissertativo-argumentativo**. Isso implica analisar **a coerência e a organização do texto, a relação das partes com**

o tema proposto, além da lógica dos argumentos utilizados para defender um ponto de vista.

Portanto, enfatizamos novamente **a importância da leitura atenta dos textos motivadores e do tema proposto na redação.** Esse processo é fundamental para **orientar a escrita da defesa do ponto de vista e para organizar as ideias e os argumentos apresentados ao longo do desenvolvimento do texto.**

Planejar antes de escrever ajuda a evitar esses problemas. Depois de identificar o tema, você pode anotar a tese e escolher dois ou três argumentos. Em seguida, organize a ordem em que serão apresentados e verifique se cada exemplo realmente contribui para defender o ponto de vista.

Na avaliação diferenciada, possíveis influências da Libras sobre a construção das frases são consideradas. Entretanto, o(a) participante ainda precisa apresentar uma direção argumentativa reconhecível, selecionar informações relacionadas ao tema e desenvolver os argumentos de modo que o(a) avaliador(a) acompanhe o raciocínio.

Visto que a avaliação segue a **Matriz de Referência para a Redação do Enem**, para alcançar a nota máxima nessa competência, os(as) participantes devem apresentar informações, fatos e opiniões estruturados em defesa de um ponto de vista específico relacionado ao tema proposto. É importante mencionar que, na avaliação das redações de participantes surdos(as) ou com deficiência auditiva, eventuais falhas são entendidas como interferências entre suas duas línguas: a primeira, a Libras; e a segunda, o português brasileiro. A seguir, um exemplo de texto organizado:

“Fora do filme, no Brasil surgem perspectivas sobre o envelhecimento da população, que por mais natural que seja vem enfrentando desafios que abalam de maneira social e emocional a sociedade idosa. Desse modo, fica evidente que as visões negativas sobre o envelhecimento decorrem tanto pelo preconceito estrutural quanto pela negligência governamental frente as desigualdades. Diante desse cenário, é importante destacar que o preconceito ainda é uma realidade que infelizmente, por conta das redes sociais e de um estereótipo enraizado na mente humana, em que os jovens são superiores, a disseminação de visões ruins sobre a velhice acabam-se proliferando. A partir disso, segundo Voltaire, grande filósofo francês, ‘Preconceito é opinião sem conhecimento’. Essa análise filosófica mostra que, em um mundo cada vez mais conectado, a opinião é algo desestruturado, em que as pessoas julgam sem pensar, idosos que muitas vezes já sofrem de problemas psicológicos, de saúde e de familiares”.

No exemplo apresentado, o(a) participante estrutura a redação de forma dissertativo-argumentativa, mantendo coerência entre as partes e aderência ao tema proposto.

O ponto de vista do(a) escrevente é explicitado ao defender que as perspectivas negativas sobre o envelhecimento decorrem de dois problemas: o preconceito estrutural e a negligência governamental. Essa delimitação demonstra a existência de um projeto de texto, uma vez que os dois argumentos anunciados são retomados e desenvolvidos em parágrafos específicos. Observa-se que o(a) participante relaciona o preconceito contra as pessoas idosas à circulação de opiniões nas redes sociais e ao estereótipo de superioridade dos jovens. Em seguida, utiliza a referência a Voltaire para sustentar a ideia de que o preconceito resulta de julgamentos formulados sem conhecimento, relacionando-o às consequências psicológicas, sociais e familiares enfrentadas pelos idosos.

Apesar de ser apenas uma parte da redação, é possível reparar a proposta de um projeto de texto estratégico, com argumentos pertinentes, progressão das ideias e indícios de autoria.

COMPETÊNCIA IV

DEMONSTRAR CONHECIMENTO DOS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO.

A Competência IV enfatiza a importância da **conexão entre as partes do texto, a estruturação dos parágrafos e a referência**. Para os(as) avaliadores(as), é essencial observar como os(as) participantes utilizam mecanismos linguísticos, especialmente **os elementos coesivos e a organização dos parágrafos**. Esses aspectos não se limitam apenas às regras gramaticais, mas dependem da clareza do pensamento e do desenvolvimento da linguagem. **A construção de um**



texto coeso requer habilidades para integrar gramática, semântica e discurso de forma simultânea. A coesão atua como a ligação que une palavras e ideias de maneira sequencial e proporciona sentido ao texto, por meio de conectores que recuperam informações anteriores de diversas maneiras.

Vale destacar que **a coesão é construída por meio de relações semânticas entre os elementos do texto, essenciais para a construção de significado.** Devido à falta de equivalentes na Libras, como o conectivo “que”, **muitas pessoas surdas enfrentam dificuldades em utilizar conectivos na escrita**, o que resulta, frequentemente, em textos sem esses elementos ou com uso limitado deles, principalmente dos conectivos mais comuns. Essa questão é similar à enfrentada por aprendizes de uma segunda língua, o que levou a adaptações na Competência IV para uma avaliação mais equitativa.

Na escrita do português como segunda língua, alguns conectivos podem ser omitidos ou empregados de forma não convencional. A avaliação diferenciada considera essa singularidade, mas continua verificando quais recursos foram efetivamente utilizados e se as relações entre as ideias ficam claras.

Uma redação coesa não é aquela que apenas apresenta muitos conectivos. Assim, é necessário utilizá-los de acordo com o sentido. A repetição excessiva de expressões como “além disso”, “portanto” ou “desse modo”, sem uma relação adequada entre as partes, não garante um bom desempenho nessa competência.

O trecho a seguir é um exemplo de uma redação com poucos elementos de coesão.

“...família até ajuda muito médica, como pai estuda muito vam ajuda. não trabalho vam pouca. irmão estuda muito rico bom. África perto gosto pessoas ajuda amanhã dinheiro ajuda. família amor muita ajuda Escola estuda importa Bom muito manhã academia ajuda. Norte nos campo saúde tudo pessoa rua não saúde.”

No trecho apresentado, o(a) participante utiliza poucos operadores argumentativos e mecanismos de coesão. Há o emprego do termo “como”, mas ele não estabelece claramente uma relação de causa, comparação ou exemplificação em “família até ajuda muito médica, como pai estuda muito vam ajuda”.

Para explicitar a relação pretendida, seriam necessários elementos como “que”, “porque”, “quando” ou “e”, a depender do sentido que o(a) participante desejasse construir. Também se observa a justaposição de informações em “não trabalho vam

pouca. irmão estuda muito rico bom”, sem um operador que esclareça se a segunda ideia acrescenta, contrapõe ou explica a anterior. Poderiam ser empregados, conforme o sentido pretendido, conectivos como “além disso”, “porém” ou “por isso”.

A mesma limitação aparece em “Escola estuda importa Bom muito manhã academia ajuda”, construção na qual seriam necessários recursos como “em que” e “porque” para explicitar as relações entre escola, estudo, importância e ajuda.

A repetição da palavra “ajuda” contribui minimamente para a continuidade temática, mas não substitui os mecanismos linguísticos responsáveis por relacionar as ideias. Também não são utilizados operadores entre os possíveis blocos da redação, como “além disso”, “por outro lado”, “desse modo” e “portanto”.

Dessa forma, a compreensão depende principalmente das inferências realizadas pelo leitor e de uma organização que pode revelar a influência da estrutura sintática da Libras na produção do português como segunda língua. Considerando-se especificamente os mecanismos coesivos típicos da escrita em português brasileiro, a redação articula suas partes de maneira precária e apresenta um repertório muito restrito de recursos coesivos.

Já o trecho a seguir é de uma redação que consegue utilizar esses elementos na Competência IV de uma forma bem próxima do que prevê a gramática do português brasileiro.

“Diante do exposto, conclui-se que dois paradigmas urgentes que o Brasil deve encarar são a promoção integral da saúde do idoso e a questão tributária da previdência. Em relação à promoção de uma vida mais digna, os governos estaduais, em parceria com as prefeituras, devem expandir a oferta de lares de permanência prolongada, os asilos, de forma a assegurar que aqueles que não gozam de lares funcionais possam ter o devido acolhimento.”

O(A) participante, ao produzir essa redação, utiliza, de forma consistente, mecanismos coesivos referenciais e sequenciais para dar progressão às ideias. A expressão “Diante do exposto” estabelece uma relação de conclusão com os argumentos desenvolvidos anteriormente, enquanto “Em relação à” delimita o primeiro aspecto que será retomado na proposta.

A expressão “em parceria com” articula os agentes responsáveis pela ação, e “de forma a” introduz sua finalidade. Também são empregados mecanismos

referenciais como “que”, em “paradigmas urgentes que o Brasil deve encarar”, e “aqueles que”, que retoma as pessoas idosas sem acolhimento familiar adequado.

Ao longo da redação, observa-se um repertório diversificado de recursos coesivos, como “Segundo dados”, “Tal processo”, “Por meio dessa ferramenta”, “No entanto”, “Além disso”, “Somado aos desafios supracitados”, “Em muitos países”, “visto que”, “Com isso”, “Por fim”, “Portanto”, e “consequentemente”.

Esses elementos estabelecem relações de conformidade, retomada, explicação, oposição, adição, exemplificação, causa, conclusão e consequência. Com esses recursos, as frases, as orações e os parágrafos são conectados, e as ideias são “costuradas” ao longo da redação.

O trecho demonstra conexão entre as partes da redação, estruturação dos parágrafos, progressão argumentativa e referência adequada. Embora existam eventuais inadequações pontuais, elas não comprometem a articulação global.

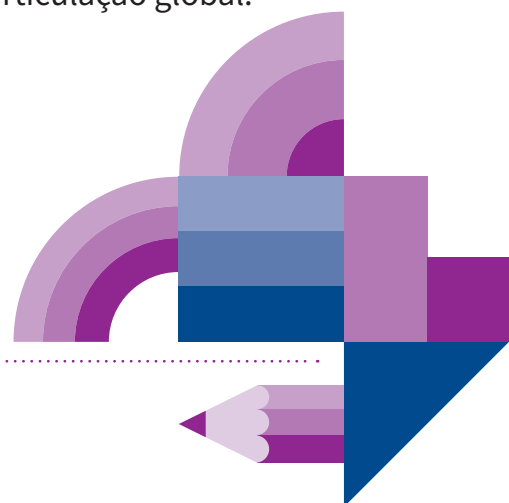
COMPETÊNCIA V

ELABORAR PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROBLEMA ABORDADO, RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS.

A **Matriz de Referência para a Redação do Enem** mostra a importância da apresentação de uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Os(as) avaliadores(as) devem verificar se o(a) participante apresenta uma sugestão para enfrentar e superar o problema discutido.

Às vezes, o(a) participante conclui a redação sem apresentar estratégias de enfrentamento do problema. **Dizer que o problema existe e que precisa ser resolvido não é propor uma ação. A sugestão deve conter a ação, o agente, o modo ou meio, o efeito e um detalhamento.**

Para auxiliar nessa tarefa, antes de escrever o parágrafo de conclusão do seu texto, pense e anote as respostas para cada uma das perguntas a seguir.



- O que deve ser feito para enfrentar e superar o problema? **(a ação)**.
- Quem será responsável por executar a ação? **(o agente)**.
- Como será executada a ação? De que maneira? **(o modo ou meio)**.
- O que se pretende ou o que se espera com tal ação? **(o efeito)**.
- Quais detalhes devem ser citados, por meio de exemplos, especificações ou explicações, sobre a ação, o agente ou o modo? **(um detalhamento)**.

Depois de responder, transforme as suas anotações em um parágrafo. Além disso, é importante ter cuidado para não fugir ao tema ou abordar um assunto amplo ao escrever sua proposta de intervenção. Será atribuída nota 0 (zero) à Competência V, caso as ideias apresentadas possam ferir os princípios dos direitos humanos, como defender ideias contrárias à dignidade humana, à igualdade de direitos, ao reconhecimento e à valorização das diferenças e diversidades, à laicidade do Estado, à democracia na educação, à transversalidade, vivência e globalidade, e à sustentabilidade socioambiental. Além de coerente com o tema, sua proposta deve ser executável, isto é, possível de ser realizada.

Veja, a seguir, o trecho da redação de um(a) participante surdo(a) ou com deficiência auditiva do Enem 2025.

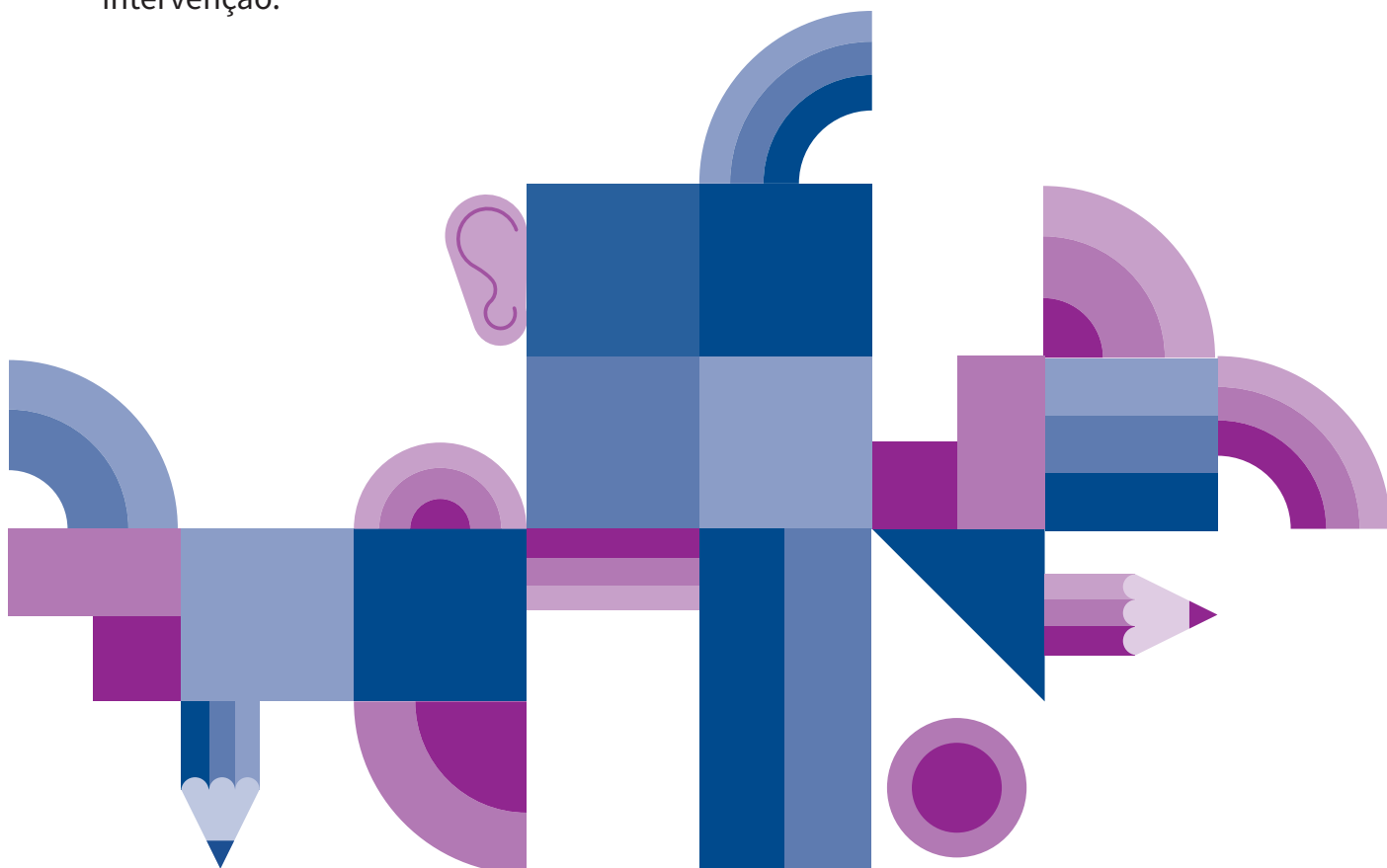
"Portanto, Sendo a ineficácia governamental e os padrões socioculturais de desvalorização desafios para perspectivas do envelhecimento no Brasil, é primordial mitigá-los. Para isso, cabe ao Governo Federal e ao Ministério dos Direitos Humanos – órgãos responsáveis por garantir dignidade e qualidade de vida aos cidadãos – fortalecer políticas públicas de planejamento e estruturação. Assim sendo, deve-se haver programas para idosos, com acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais, a fim de promover um planejamento familiar visando o futuro do idoso e garantir seus direitos. Dessa maneira, a sociedade brasileira oferecerá aos mais velhos o ideal platônico."

A proposta está diretamente relacionada aos problemas desenvolvidos na redação: a ineficácia governamental e os padrões socioculturais de desvalorização das pessoas idosas. Também apresenta os cinco elementos válidos.

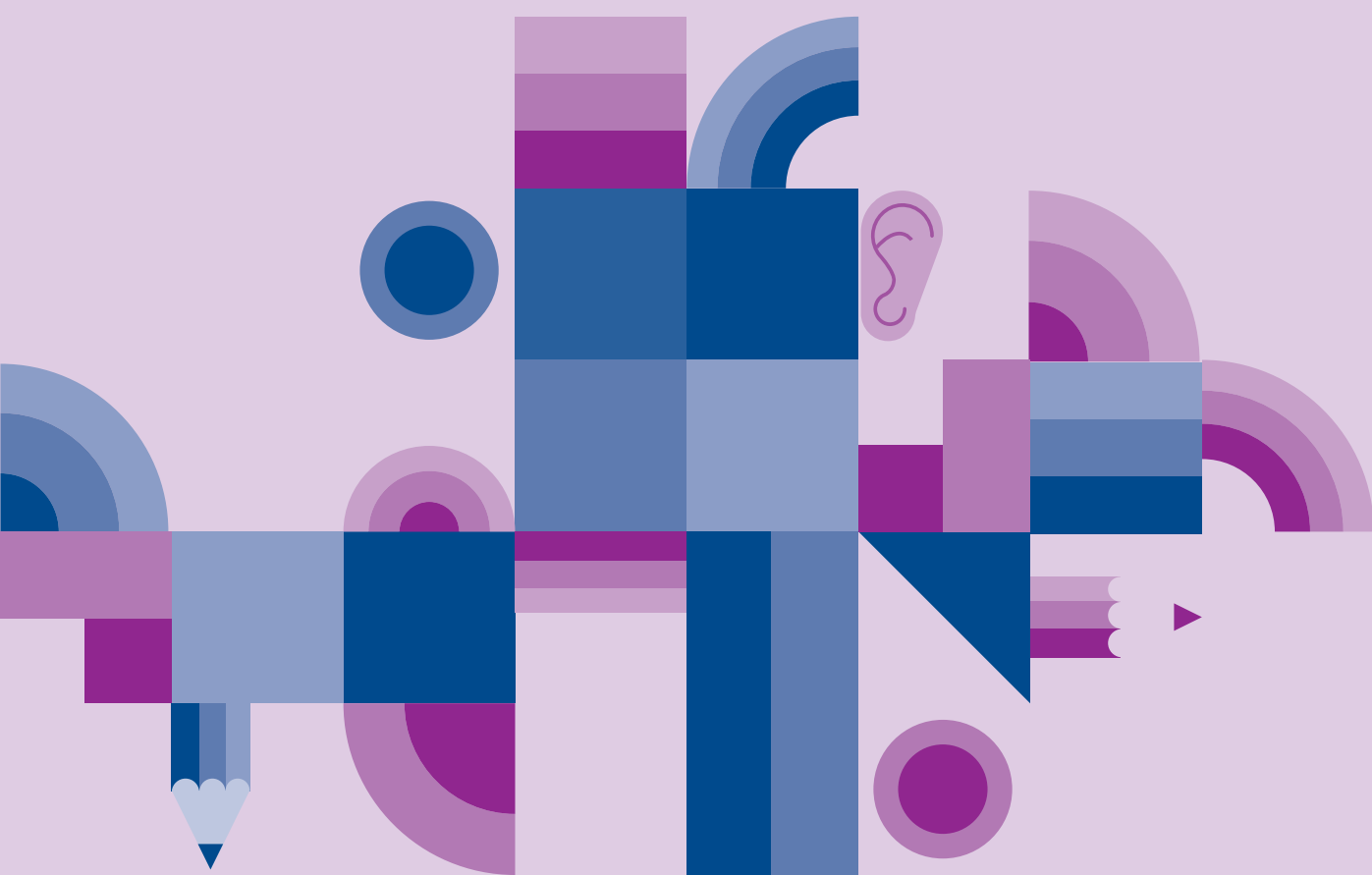
ELEMENTO	TRECHO IDENTIFICADO
Ação	“fortalecer políticas públicas de planejamento e estruturação”.
Agente	“o Governo Federal e o Ministério dos Direitos Humanos”.
Modo ou meio	“programas para idosos, com acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais”.
Efeito	“a fim de promover um planejamento familiar visando o futuro do idoso e garantir seus direitos”.
Detalhamento	“órgãos responsáveis por garantir dignidade e qualidade de vida aos cidadãos”.

O detalhamento explica a atribuição dos agentes escolhidos ao demonstrar porque o Governo Federal e o Ministério dos Direitos Humanos são responsáveis pela execução da proposta. O acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais também especifica como os programas destinados às pessoas idosas deverão funcionar.

Por fim, o período “Dessa maneira, a sociedade brasileira oferecerá aos mais velhos o ideal platônico” apresenta uma consequência positiva esperada, retomando o repertório utilizado na introdução e reforçando a finalidade da intervenção.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo desta cartilha, dedicada especialmente aos(às) participantes surdos(as) ou com deficiência auditiva, apresentamos informações sobre sua diversidade linguística, as características que podem aparecer na produção escrita em português, os recursos de acessibilidade disponibilizados pelo Enem e a avaliação especializada da redação.

Para muitas pessoas surdas ou com deficiência auditiva, a Libras constitui a primeira língua, enquanto o português escrito é aprendido como segunda língua. Essa realidade, contudo, não pode ser generalizada, pois esse grupo apresenta diferentes identidades, trajetórias escolares e formas de comunicação. Algumas dessas pessoas utilizam predominantemente a Libras; outras se comunicam pela língua portuguesa oral e escrita; e há aquelas que combinam Libras, oralidade, leitura labial e recursos tecnológicos.

Por essa razão, a avaliação não deve pressupor que todas as redações apresentem as mesmas características. Cada redação precisa ser examinada de acordo com o desempenho efetivamente demonstrado pelo(a) participante, considerando-se as possíveis diferenças estruturais entre a Libras e a língua portuguesa, bem como os efeitos dessas diferenças na construção do sentido.

O Inep, em conformidade com a legislação e com as regras estabelecidas para o Enem 2026, disponibiliza recursos de acessibilidade, como tradutor-intérprete de Libras, videoprova em Libras, leitura labial, auxílio para leitura, tempo adicional e avaliação especializada da redação, conforme o atendimento solicitado e aprovado. Esses recursos contribuem para assegurar condições de participação mais equitativas e garantir que as singularidades linguísticas reconhecidas no atendimento especializado sejam consideradas durante a avaliação, sem afastar os critérios das cinco competências da Matriz de Referência.

Também vimos essas competências avaliam aspectos diferentes, mas relacionados. Tema, estrutura dissertativo-argumentativa, tese, argumentos, repertório sociocultural, coesão, estrutura sintática e proposta de intervenção precisam funcionar de maneira articulada para que o(a) leitor(a) compreenda o ponto de vista defendido.

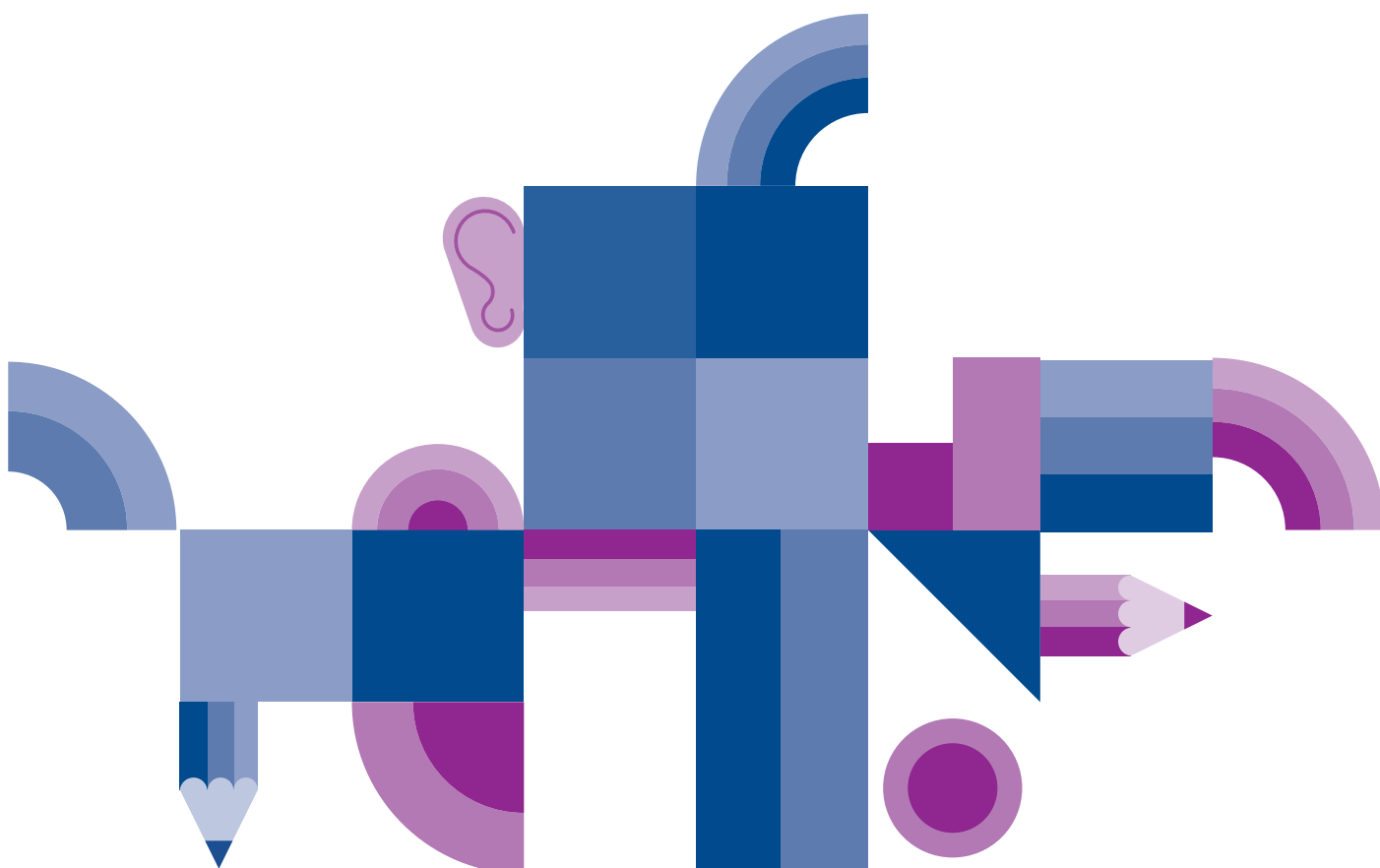
Antes de entregar a redação, recomenda-se:

- 1 reler o tema e verificar se o texto responde ao recorte solicitado;
- 2 confirmar se há introdução, desenvolvimento e conclusão;
- 3 observar se os argumentos sustentam o ponto de vista;

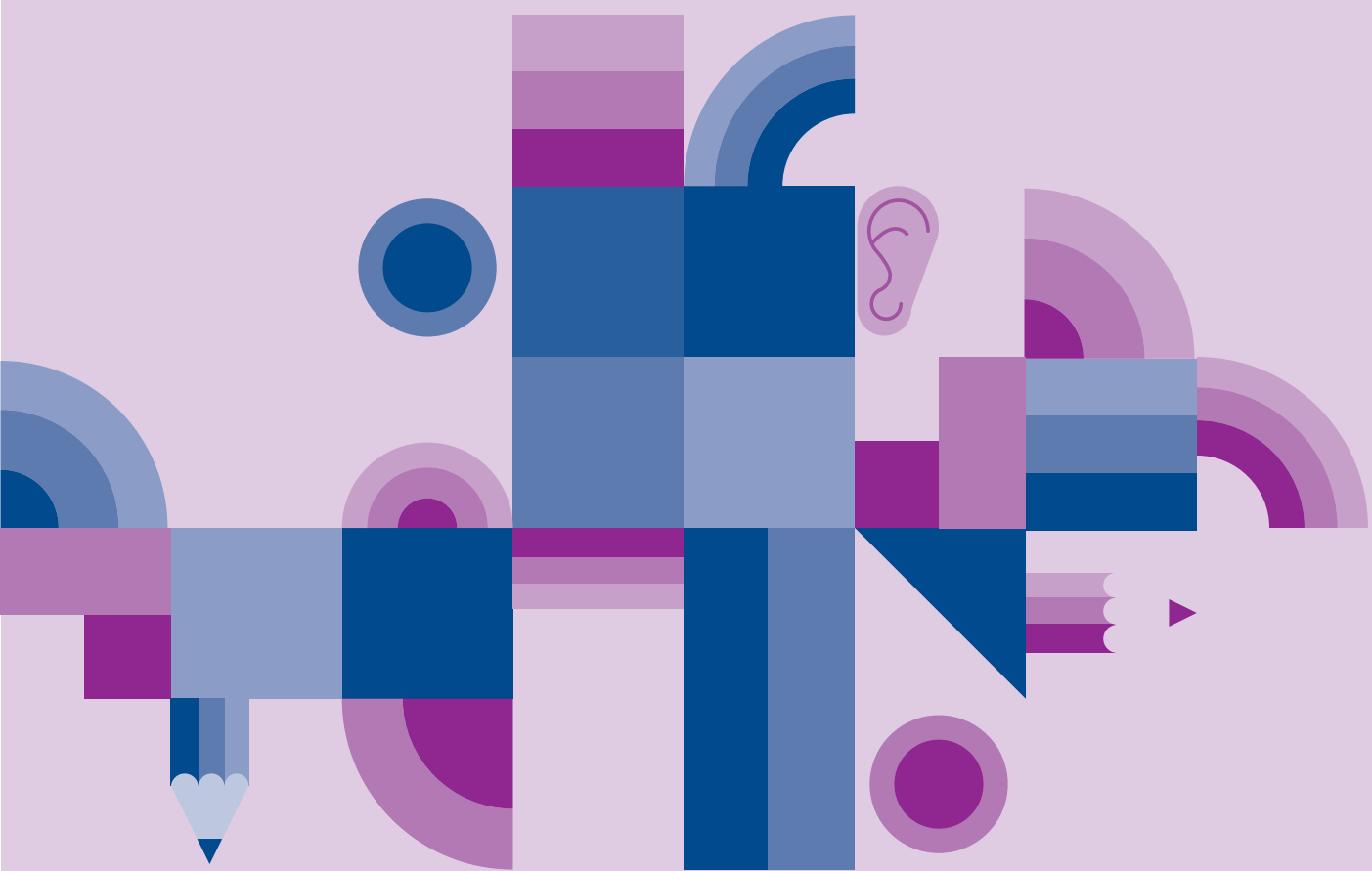
- 4 utilizar repertórios que possam ser explicados e relacionados à discussão;
- 5 conectar frases e parágrafos para que o(a) leitor(a) acompanhe o raciocínio;
- 6 apresentar uma proposta de intervenção relacionada aos problemas desenvolvidos e identificar seus elementos; e
- 7 revisar a escrita com atenção, preservando a autoria e o modo próprio de construir o texto.

No campo educacional, a PNEBS estabelece referências para a oferta da modalidade bilíngue, bem como para o ensino de Libras como primeira língua e de português escrito como segunda língua, além de orientar a formação de profissionais e a produção de materiais acessíveis.

No Enem, entretanto, a avaliação especializada da redação decorre diretamente do Edital nº 64/2026 e da Lei Brasileira de Inclusão. Desse modo, compreender a função de cada norma permite reconhecer os direitos linguísticos das pessoas surdas ou com deficiência auditiva sem confundir as diretrizes da política educacional com as regras de participação e avaliação do Exame.



REFERÊNCIAS



BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 588, de 2 de julho de 2026*. Institui a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos — PNEBS. *Diário Oficial da União: seção 1, edição extra*, Brasília, DF, ano CLXIV, n. 123-C, p. 1, 3 jul. 2026. Disponível em: <https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/13282>. Texto integral em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnebs/arquivos/portariamecn588de2dejunhode2026.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos — PNEBS*. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnebs>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Editai n° 64, de 21 de maio de 2026*. Torna pública a realização do Exame Nacional do Ensino Médio — Enem 2026. *Diário Oficial da União: seção 3*, Brasília, DF, n. 95, p. 49–54, 22 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/enem>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Retificação do Edital n° 64, de 21 de maio de 2026*. Retifica regras e prazos do Exame Nacional do Ensino Médio — Enem 2026. Publicada em 5 jun. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/enem>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A redação do Enem: cartilha do(a) participante*. Brasília, DF: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-do-enem-cartilha-do-a-participante>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Perguntas frequentes do Enem*. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/exame-nacional-do-ensino-medio-enem>. Acesso em: 23 jul. 2026.

HENRIQUES, Eunice Ribeiro. *Preposições: por que são difíceis para os aprendizes estrangeiros?* *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, p. 118–130, 1992.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Ivani Rodrigues. *O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo*. 1998. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

